



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 492/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeios e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020 (Lei Sansão), que altera a Lei nº 9.605/1998 para aumentar a pena do crime de maus-tratos quando praticado contra cães e gatos.

Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989.

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 16.308, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus-tratos a animais domésticos.

Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018, que obriga todos os pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos do ramo a afixarem cartazes que facilitem e incentivem a adoção de animais.

Lei Estadual nº 17.972, de 10 de julho de 2024, que estabelece normas de proteção, saúde, bem-estar, criação, comercialização e guarda responsável de cães e gatos no Estado de São Paulo.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 04 de abril de 1990.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993, que proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares.

Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Esclarecimento aos proprietários de cães e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.327, de 16 de abril de 1997, que institui a Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos do Município de São Paulo, acompanhada de ações educativas sobre propriedade responsável de animais (declarada inconstitucional).

Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal – PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

Lei Municipal nº 13.943, de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

Lei Municipal nº 14.014, de 30 de junho de 2005, que proíbe a utilização de animais de qualquer espécie em apresentações de circos e congêneres.

Decreto Municipal nº 45.824, de 2005, que regulamenta o Registro Geral do Animal (RGA), disciplinando o registro de animais domésticos e vinculando a identificação à responsabilidade do tutor.

Lei Municipal nº 14.146, de 11 de abril de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.370, de 16 de abril de 2007, que institui a Semana Municipal de Proteção aos Animais.

Lei Municipal nº 14.483, de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como as doações em eventos de adoção desses animais.

Lei Municipal nº 14.761, de 05 de junho de 2008, que dispõe sobre a fixação de placa informativa em estabelecimentos que especifica, informando que maus-tratos aos animais constituem crime.

Lei Municipal nº 15.023, de 06 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.

Resolução da Câmara Municipal de São Paulo nº 3, de 17 de dezembro de 2015, que cria o Fórum Municipal de Proteção e Defesa Animal.

Lei Municipal nº 16.532, de 08 de agosto de 2018, que inclui no Calendário Oficial da Cidade a Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico.

Lei Municipal nº 17.321, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que institui a Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais.

Lei Municipal nº 17.464, de 09 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.580, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Banco de Ração.

Lei Municipal nº 17.619, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.703, de 03 de novembro de 2021, que institui política pública para fiscalização, apreensão, manutenção e destinação da fauna silvestre e de animais domésticos, cria o levantamento populacional animal no Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.147, de 28 de junho de 2024, que proíbe a utilização de animais em atividades desportivas com emissão de poules de aposta em jogos de azar no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.269, de 09 de junho de 2025, que proíbe a realização de tatuagens permanentes ou temporárias, bem como a colocação de piercings em animais para fins estéticos, no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.314, de 02 de outubro de 2025, que proíbe o uso de coleiras antilátidos, na forma que especifica.

PL 311/2025 Proíbe o uso de violência física e psicológica no adestramento de animais domésticos.

PL 465/2025 Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e cuidado dos pets comunitários no Município de São Paulo.

PL 617/2025 Institui o selo "Amigo dos Animais" de reconhecimento a empresas, associações e fundações que promovam iniciativas de proteção animal.

PL 646/2025 Dispõe sobre a promoção do bem-estar animal e punição de maus-tratos em estabelecimentos de banho, tosa e cuidados estéticos (Pet Shops).

PL 849/2025 Institui campanha de conscientização sobre a identificação de cães e gatos no Município de São Paulo.

PL 885/2025 Institui o Programa "Conexão Animal: Smart Sampa contra o Abandono".

PL 1082/2025 Dispõe sobre a vedação do acorrentamento de cães e gatos no Município de São Paulo.

PL 1119/2025 Cria o Conselho Municipal de Proteção da Causa Animal e dispõe sobre o Fundo Municipal de Proteção Animal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

2026

PL 37/2026 Institui o Programa Municipal "Semana de Conscientização Cão Orelha".

PL 43/2026 Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas e multas por maus-tratos a animais.

PL 46/2026 Altera a Lei nº 13.131/2001 para proibir posse ou adoção por infratores, criar o CMPA, majorar sanções e responsabilizar solidariamente pais e responsáveis.

PL 48/2026 Institui a Política Municipal de Proteção e Reconhecimento do Cão e Gato Comunitário ("Lei Orelha"), cria o CMAA e o Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.

PL 50/2026 Altera o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos (Lei nº 17.464/2020).

PL 56/2026 Institui a Política Municipal de Proteção aos Animais Comunitários.

PL 59/2026 Institui campanha de conscientização sobre o zoosadismo digital.

PL 63/2026 Altera a Lei nº 13.131/2001 para responsabilização administrativa dos pais ou responsáveis por menores autores de maus-tratos a animais.

PL 68/2026 Proíbe deixar animais domésticos sem supervisão humana.

PL 86/2026 Inclui no Calendário Oficial o "Dia dos Protetores Independentes de Animais de Rua".

PL 91/2026 Institui a Campanha Permanente "Férias sem Abandono".

PL 101/2026 Institui o Programa Municipal "Abrigos Comunitários".

PL 151/2026 Institui a Campanha "Janeiro Vermelho – Cão Orelha".

PL 152/2026 Autoriza a implantação do Programa Municipal de Educação Humanitária e Proteção Animal "Esta Escola é o Bicho".

PL 239/2026 Institui o Programa Municipal de Educação para Empatia, Convivência, Saúde Mental e Respeito aos Animais.

PL 256/2026 Autoriza a identificação temporária de animais sob custódia de estabelecimentos de hospedagem e serviços veterinários.

PL 313/2026 Institui o Programa Municipal de Apoio às Entidades de Proteção Animal, cria os Programas Agente Protetor dos Animais e Veterinário Amigo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 317/2026 Institui o Programa Cultura de Proteção Animal e Segurança Digital na Rede Municipal de Ensino.

PL 368/2026 Altera a Lei nº 14.761/2008 para incluir notificação obrigatória aos órgãos de segurança pública em casos de maus-tratos.

PL 399/2026 Institui o Programa Municipal de Educação e Proteção Animal Assistida por Cães Institucionais.

PL 412/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de maus-tratos por médicos veterinários e estabelecimentos do setor.

PL 415/2026 Institui o Programa Smart Patas, integrado ao Smart Sampa e ao SP156 para prevenção e responsabilização por abandono e maus-tratos.

PL 491/2026 Institui a Política Municipal de Condução Responsável e Prevenção de Acidentes Caninos.

PL 508/2026 Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação Compulsória de Animais e de Objetos.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 01 de julho de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068